

CONV 198/02

WG IV 5

**NOTA**

---

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre os Parlamentos Nacionais (Grupo IV)
Assunto:	Síntese da reunião realizada em 10 de Julho de 2002

---

**I. Papel dos parlamentos nacionais na UE**

1. O Dr. Andreas Maurer (Stiftung Wissenschaft und Politik, Berlim) apresentou o seu estudo (ver documento de trabalho n.º 8, de 9 de Julho), salientando, designadamente, os seguintes pontos:
  - Para além da questão do controlo da subsidiariedade, é possível detectar na UE défices de controlo parlamentar noutros domínios como a política externa, a justiça e os assuntos internos, a aplicação do "método aberto de coordenação" e o processo decisório internacional em que a UE está obrigada a intervir (Basileia II, OMC);
  - Um dos aspectos cruciais do papel dos parlamentos nacionais (PN) deve ser o de assegurar a "rastreadibilidade" da legislação da UE para os cidadãos;
  - Os principais indicadores da eficiência da fiscalização, pelos PN, da acção dos respectivos governos no Conselho são o alcance, a calendarização e gestão e o impacto desse controlo; o Dr. Maurer defendeu, em especial, a necessidade de um controlo atempado da subsidiariedade, o qual deveria ser alargado aos Livros Verdes e Brancos e aos programas legislativos anuais da Comissão;
  - O controlo pelos PN deveria abranger a acção a nível do COREPER e dos grupo de trabalho.
2. O Grupo procedeu a uma troca de opiniões durante a qual dirigiu perguntas ao Dr. Maurer. O debate e as respostas do Dr. Maurer incidiram nos seguintes aspectos:
  - A função essencial dos PN é assegurar que os cidadãos conheçam e apoiem a legislação da UE e a sua evolução, suscitando deste modo um "sentimento de propriedade";

- Deveria ponderar-se com a maior atenção até que ponto os mecanismos já existentes são efectivamente utilizados, e quais as condições que terão ainda de ser preenchidas para se conseguir um melhor controlo na prática;
- A necessidade de apreciar cuidadosamente em que medida o Tratado poderia traduzir o objectivo de um melhor controlo dos PN sobre a acção dos seus governos no Conselho: desenhou-se uma orientação segundo a qual, embora a regulamentação desse controlo deva manter-se na esfera da legislação nacional, o Tratado poderia promover o desenvolvimento de boas práticas, reconhecendo um certo número de princípios gerais;
- A necessidade de concentrar o controlo no nível político mais que no nível administrativo e, de um modo geral, a importância de evitar que o controlo *ex ante* pelos PN conduza à paralisação da legislação da UE; reconheceu-se, contudo, que muitas decisões significativas são tomadas a nível administrativo (designadamente no COREPER);
- A importância de reforçar o controlo dos PN sobre a acção do Conselho Europeu mediante, por exemplo, a realização de reuniões do Órgão Especializado em Assuntos Comunitários com o respectivo Chefe de Estado ou de Governo antes e depois de cada sessão do Conselho Europeu, como é já praticado por alguns parlamentos;
- A importância fundamental de que as deliberações legislativas do Conselho sejam abertas ao público, tendo em vista um controlo mais eficiente por parte dos PN;
- A necessidade de identificar com precisão os domínios que na prática escapam actualmente a um controlo eficaz, por parte quer do Parlamento Europeu quer dos PN (por exemplo, a Política Agrícola Comum ou o controlo orçamental de orçamentos autónomos como o Fundo Europeu de Desenvolvimento), e de ponderar se as potencialidades de controlo dos PN bastariam para colmatar esses défices actuais, ou se seria mais eficaz reforçar o controlo parlamentar do PE (a este respeito, foi igualmente observado que, em certas ocasiões, as reformas da PAC ou da Política das Pescas ficaram bloqueadas no Conselho devido às restrições impostas pelos PN à margem de compromisso dos governos);
- As possíveis formas de acelerar a transmissão de informações aos parlamentos nacionais, por exemplo, através do envio directo das propostas legislativas da Comissão aos PN;
- A importância de uma participação acrescida das comissões parlamentares permanentes (ou seja, sectoriais), que viria complementar o controlo exercido pelos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários;
- O importante contributo que os PN poderiam dar para um melhor acompanhamento da forma como a legislação da UE é aplicada a nível nacional.

## **II Aplicação e controlo do princípio da subsidiariedade – Papel da Comissão Europeia**

3. O Comissário Michel Barnier informou o Grupo sobre as práticas aplicadas pela sua instituição para garantir a observância do princípio da subsidiariedade (a respectiva nota de intervenção será difundida num documento de trabalho separado). Recordou que a observância do princípio da subsidiariedade é da responsabilidade conjunta das três instituições da UE; acrescentou que um terço das propostas legislativas decorre de obrigações jurídicas internacionais, um terço é consequência da evolução a nível social, económico ou técnico e a parte restante resulta de pedidos das instituições comunitárias ou dos Estados-Membros.
4. Além disso, o Comissário Barnier deu conta dos esforços desenvolvidos pela Comissão no sentido de integrar sistematicamente o princípio da subsidiariedade nos seus métodos de trabalho, na sequência da sua comunicação de 1992 sobre este assunto. A Comissão aplica as disposições do Protocolo de Amesterdão em matéria de fundamentação e consulta, e apresenta todos os anos ao Conselho Europeu um relatório que incide, *inter alia*, sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade. Além disso, a Comissão tenciona promover até ao final do ano corrente um estudo sobre o impacto das suas iniciativas políticas e legislativas, que deverá contribuir para uma avaliação mais precisa da necessidade de acção comunitária em conformidade com os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Assinalou o importante papel que os PN desempenham, controlando a acção dos respectivos governos a nível da UE, no âmbito da fiscalização da observância do princípio da subsidiariedade. O Grupo realçou a necessidade de que os projectos legislativos contenham uma "exposição dos motivos" clara e pormenorizada, e apontou a possibilidade de utilizar o programa legislativo anual da Comissão no processo de acompanhamento da aplicação do princípio da subsidiariedade.

## **III Seguimento e preparação da próxima reunião**

5. O Presidente informou que em 22 de Julho (de manhã) se realizará uma reunião conjunta com o Grupo de Trabalho sobre o Princípio da Subsidiariedade, que será preparada na reunião de 18 de Julho. Os membros foram convidados a apresentar, antes desta reunião, os seus pontos de vista sobre o papel dos PN no controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade.